





VETO TOTAL N. 03/24 AO PL N. 166/2022

AUTORIA DO PROJETO VETADO: Vereador Ivo Neto

EMENTA: "INSTITUI o ensino do Jiu-Jítsu nas escolas públicas municipais e dá outras providências".

#### **PARECER**

VETO TOTAL N. 03/24 AO PROJETO DE LEI N. 166/2022. INFRAÇÃO AO DISPOSTO NO ART. 59, INCISO IV E VIII. ART. 80. DA LOMAN. MANUTENÇÃO DO VETO.

#### 1. RELATÓRIO

Veio a esta Procuradoria o Veto Total n. 03/24, concernente ao Projeto de Lei nº. 166/2022.

O referido projeto versa sobre a instituição, como atividade extracurricular, ou a inclusão, como disciplina de educação física, o ensino da arte marcial Jiu-Jitsu, a ser disseminado e praticado nas escolas de ensino municipal.

Destacou a PGM que, embora louvável a intenção do legislador, o projeto impugnado impõe na sua integralidade, obrigações explícitas ao Executivo Municipal. Nesse sentido, alega ainda, não restar dúvidas de que a definição de grade curricular ou mesmo das atividades extracurriculares <u>é matéria que se insere no âmbito da gestão</u> administrativa, sendo manifestamente estranha à atividade parlamentar.

Alfim, sustenta a incidência de vício de inconstitucionalidade formal subjetivo,









haja vista que a definição de atribuições aos órgãos da Administração Pública é de competência privativa do Executivo Municipal. Nesse ponto, invoca a violação do princípio da separação dos poderes, por inobservância dos artigos 59, IV e 80, VIII da LOMAN.

Lido em plenário em 07/01/2024;

Enviado para emissão de parecer em 08/01/2024;

É o relatório, passo a opinar.

# 2. FUNDAMENTAÇÃO

Preliminarmente indica-se que a norma que rege a situação ora em análise é o §  $2^{\circ}$  do art. 65 da LOMAN, que assim estabelece:

> § 2.º Se o Prefeito considerar o projeto, no todo ou em parte, inconstitucional ou contrário ao interesse público ou a esta Lei, vetá-lo-á, total ou parcialmente, no prazo de 15 dias úteis, contados da data do recebimento, e comunicará, dentro de 48 horas, ao presidente da Câmara, os motivos do veto.

O Projeto de Lei n. 166/2022 que dispõe sobre a instituição, como atividade extracurricular, ou a inclusão, como disciplina de educação física, o ensino da arte marcial Jiu-Jitsu, a ser disseminado e praticado nas escolas de ensino municipal, obteve veto total, uma vez que impõe obrigações ao ente municipal, inobservando o disposto no art. 59, IV, e art. 80, VIII, da LOMAN.









Art. 59, LOMAN: Compete, privativamente, ao Prefeito Municipal a iniciativa das leis que versem sobre:

I – regime jurídico dos servidores;

II – criação, transformação e extinção de cargos, empregos e funções na Administração direta e autárquica do Município, ou aumento de sua remuneração;

III – orçamento anual, diretrizes orçamentárias e plano plurianual;

IV - criação, extinção e <u>organização</u> dos órgãos da
 Administração direta, indireta e fundacional do
 Município (grifamos)

Art. 80, LOMAN: É da competência do Prefeito:

(...)

VIII – dispor sobre a organização e o funcionamento da Administração Municipal, na forma da lei;

(...)

Como se observa nas razões do veto, o Prefeito considerou que o referido projeto impõe obrigações explícitas ao Município de Manaus, voltadas à concretização dos fins pretendidos pela iniciativa parlamentar, o que acarreta a incidência de vício formal









subjetivo.

Destaca-se, por oportuno, que o posicionamento desta Procuradoria Legislativa quando da emissão do parecer sobre o referido Projeto de Lei, também foi no sentido da não tramitação nesta Augusta Casa, em razão da ilegalidade apontada, conforme tela indicativa abaixo<sup>1</sup>, extraída do Sistema de Apoio ao Processo Legislativo - SAPL.

> 3 - CONCLUSÃO Diante do exposto, constata-se que a proposta contém matéria de iniciativa legislativa do Poder Executivo, visto que cria atribuições no seio deste poder, razão pela qual opina-se pela não tramitação. É o parecer. Manaus, 30 de junho de 2022. EDUARDO Assinado de forma digital por EDUARDO **TERCO** TERCO FALCAO Dados: 2022.07.04 **FALCAO** 13:37:08 -04'00' EDUARDO TERÇO FALCÃO Procurador

Isto posto, em reanálise requerida da matéria, ratificamos o posicionamento desta Especializada, que se coaduna aos argumentos apontados pelo Excelentíssimo Prefeito, razão pela qual opina-se pela manutenção do veto.

https://sapl.cmm.am.gov.br/media/sapl/public/documentoacessorio/2022/28133/pl 166-2022-atribuicoes .pdf



ASSINADO POR LOGIN E SENHA POR CAMILA MAIA DE MIRANDA CORREA - ASSESSOR(A) INSTITUCIONAL - AUTORIA - EM 15/02/2024 10:35:04 ASSINADO POR LOGIN E SENHA POR EDUARDO TERCO FALCAO - PROCURADOR(A) - CONCORDÂNCIA - EM 15/02/2024 10:35:24







## 3. CONCLUSÃO

Ante o exposto, opinamos pela manutenção do veto total nº 03/2024 ao Projeto de Lei nº 166/2022.

É o parecer, s.m.j.

Manaus, 09 de fevereiro de 2024

Eduardo Terço falcão Procurador da CMM

Camila M. Miranda Corrêa Assessora Institucional da CMM









Documento 2024.10000.10032.9.004624 Data 15/02/2024

# TRAMITAÇÃO Documento Nº 2024.10000.10032.9.004624

**Origem** 

Unidade PROCURADORIA LEGISLATIVA Enviado por EDUARDO TERCO FALCAO Data 15/02/2024

**Destino** 

Unidade PROCURADORIA GERAL

**Despacho** 

Motivo CONHECER

Despacho Para conhecimento e despacho do

Procurador Geral.









### PROCURADORIA GERAL

VETO TOTAL N. 03/24 AO PL N. 166/2022

**AUTORIA DO PROJETO VETADO: Vereador Ivo Neto** 

EMENTA: "INSTITUI o ensino do Jiu-Jítsu nas escolas públicas municipais e dá outras providências".

#### **DESPACHO**

**Acolho**, por suas jurídicas razões, o bem lançado pronunciamento do ilustre Procurador **Dr. EDUARDO TERÇO FALCÃO** com base nos seus jurídicos fundamentos.

Sendo este o entendimento desta Procuradoria Geral.

PROCURADORIA GERAL DA CÂMARA MUNICIPAL, em Manaus, 15 de fevereiro de 2024.

ROBERTO TATSUO NAKAJIMA FERNANDES NETO
Procurador Geral da Câmara Municipal de Manaus









Documento 2024.10000.10032.9.004624 Data 15/02/2024

# TRAMITAÇÃO Documento Nº 2024.10000.10032.9.004624

**Origem** 

Unidade PROCURADORIA GERAL
Enviado por AIRLA DE LIMA PINHEIRO

**Data** 19/02/2024

**Destino** 

Unidade 2a. COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO,

JUSTIÇA E REDAÇÃO

Aos cuidados de KARIME PRINCIPAL DE OLIVEIRA

**RIBEIRO** 

**Despacho** 

Motivo ANÁLISE E PROVIDÊNCIAS Despacho ENVIADO PARA ANÁLISE E PROVIDÊNCIAS

